

**O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA E DA ENFERMAGEM NA  
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA**

EL PAPEL DE LOS PROFESIONALES DE PSICOLOGÍA Y ENFERMERÍA EN LA  
ATENCIÓN AL ESTUDIANTE DEL INSTITUTO FEDERAL DE PARAÍBA

THE ROLE OF PSYCHOLOGY AND NURSING PROFESSIONALS IN STUDENT  
ASSISTANCE AT THE FEDERAL INSTITUTE OF PARAÍBA

Fátima Maria Carpes Firmino<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-9929-224X>

Lucivaldo Alves Ferreira<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-2869-7001>

Deyse Morgana das Neves Correia<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-1766-0649>

**Resumo**

A assistência estudantil é uma política pública imprescindível para tornar possível a garantia de acesso, permanência e êxito dos estudantes na trajetória educacional, especialmente quando se refere ao público mais vulnerável socioeconomicamente. A presente pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória, desenvolvida no ano de 2022, é um estudo de caso que teve como objetivo analisar a contribuição da atuação dos profissionais da Psicologia e da Enfermagem nos

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal da Paraíba. Psicóloga na Divisão de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [facarpes@gmail.com](mailto:facarpes@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal da Paraíba. Enfermeiro do Instituto Federal da Paraíba. E-mail: [lucivaldo.ferreira@ifpb.edu.br](mailto:lucivaldo.ferreira@ifpb.edu.br)

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal da Paraíba. E-mail: [deyse.correia@ifpb.edu.br](mailto:deyse.correia@ifpb.edu.br)

**Como referenciar este artigo:**

FIRMINO, Fátima Maria Carpes; FERREIRA, Lucivaldo Alves; CORREIA, Deyse Morgana das Neves. O papel dos profissionais da Psicologia e da Enfermagem na assistência estudantil do Instituto Federal da Paraíba. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 25, p. 1-26, 2023.  
DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v25i1.7091>

processos de assistência estudantil do Instituto Federal da Paraíba. A coleta de dados foi realizada a partir de pesquisa documental, buscando os principais normativos sobre assistência estudantil do país e da instituição pesquisada, trazendo para a discussão o que cabe aos profissionais da Enfermagem e da Psicologia como membros integrantes da equipe multiprofissional de apoio ao estudante. A análise de dados teve como base a proposta de análise temática de conteúdo. Foi possível observar que, não obstante as especificidades da Psicologia e da Enfermagem, ambas as áreas de atuação convergem para a promoção do desenvolvimento integral dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem, com vistas à redução dos indicadores de retenção e evasão escolar. Os achados da pesquisa mostram, portanto, a relevância dos profissionais da Psicologia e da Enfermagem no espaço educacional, otimizando a permanência e êxito dos estudantes. Há, porém, a necessidade de maiores definições e detalhamentos nas políticas de assistência estudantil no que se refere às responsabilidades e atribuições desses profissionais no contexto educacional e ao quantitativo mínimo exigido para compor a equipe multidisciplinar.

**Palavras chave:** Políticas Públicas. Assistência ao Estudante. Psicologia. Serviço de Enfermagem.

#### **Resumen**

La atención al estudiante es una política pública fundamental que permite garantizar el acceso, permanencia y éxito de los estudiantes en su trayectoria educativa, especialmente cuando se refiere al público más vulnerable socioeconómicamente. El objetivo de este estudio de caso, con enfoque cualitativo y exploratorio, desarrollada en el año de 2022, es analizar la contribución del trabajo de los profesionales de Psicología y Enfermería en los procesos de atención a los estudiantes del Instituto Federal de Paraíba. La recolección de datos se realizó a partir de una investigación documental, buscando las principales normativas sobre asistencia al estudiante en el país y en la institución investigada, poniendo en discusión lo que corresponde a los profesionales de Enfermería y Psicología como integrantes del equipo multiprofesional de apoyo al estudiante. El análisis de los datos se basó en la propuesta del análisis de contenido temático. Fue posible observar que, a pesar de las especificidades de la Psicología y de la Enfermería, ambas áreas de actuación convergen para promover el desarrollo integral de los sujetos involucrados en los procesos de enseñanza y aprendizaje, con miras a reducir los indicadores de retención y deserción escolar. Los hallazgos de la investigación muestran, por tanto, la relevancia de los profesionales de Psicología y Enfermería en el espacio educativo, optimizando la permanencia y el éxito de los estudiantes. Sin embargo, existe la necesidad de mayores definiciones y detalles en las políticas de atención al estudiante en cuanto a las responsabilidades y atribuciones de estos profesionales en el contexto educativo y al cuantitativo mínimo requerido para componer el equipo multidisciplinario.

**Palabras clave:** Políticas Públicas. Atención al Estudiante. Psicología. Servicio de Enfermería.

#### **Abstract**

Student assistance is an essential public policy to make it possible to guarantee access, permanence and success of students in their educational trajectory, especially when referring to the most socioeconomically vulnerable public. The present research, with a qualitative and exploratory approach, developed in the year 2022, is a case study that aimed to analyze the contribution of the work of Psychology and Nursing professionals in the student assistance processes of the Instituto Federal da Paraíba. Data collection was carried out from documentary research, seeking the main regulations on student assistance in the country and in the researched institution, bringing to the discussion what is up to Nursing and Psychology professionals as members of the multiprofessional

student support team. Data analysis was based on the proposal of thematic content analysis. It was possible to observe that, despite the specificities of Psychology and Nursing, both areas of action converge to promote the integral development of the subjects involved in the teaching and learning processes, with a view to reducing the indicators of retention and school dropout. The research findings show, therefore, the relevance of Psychology and Nursing professionals in the educational space, optimizing the permanence and success of students. There is, however, a need for greater definitions and details in student assistance policies regarding the responsibilities and attributions of these professionals in the educational context and the minimum quantitative required to compose the multidisciplinary team.

**Keywords:** Public Policies. Student Assistance. Psychology. Nursing Service.

## 1. INTRODUÇÃO

Compreende-se, nesse estudo, que a assistência estudantil é uma política pública imprescindível para tornar possível a garantia de acesso, permanência e êxito na conclusão de curso dos estudantes durante a trajetória educacional, especialmente quando se refere ao público mais vulnerável socioeconomicamente.

Corroborando com o entendimento de Feitosa e Marinho-Araújo (2016), enfatiza-se que a assistência estudantil tem o intuito de prevenir retenções e evasões determinadas por questões de ordem social, econômica e ou emocional, buscando a promoção do acesso, da permanência exitosa e do desenvolvimento dos discentes quanto à inclusão, ao bem-estar escolar e ao desempenho acadêmico. Para tanto, a assistência estudantil necessita da atuação integrada de uma equipe multiprofissional que contemple diversas áreas, tais como Enfermagem, Medicina, Nutrição, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social.

No entanto, nem sempre esta concepção holística de assistência estudantil esteve em evidência nas políticas educacionais brasileiras. A história da assistência estudantil no Brasil é atravessada pelas políticas educacionais vigentes em cada época e, sendo assim, acompanha uma série de avanços e retrocessos enquanto instrumento de garantia ao acesso e à permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Kowalsky (2012) aponta que as expressões acesso e permanência enquanto objetivos da assistência estudantil aparecem somente a contar de 1961, com a menção na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Lei nº 4.024/1961 (BRASIL, 1961). Nesse contexto, a Lei determinava que a assistência estudantil deveria ser um direito estendido a todos os estudantes do Ensino

Superior de modo igualitário, não priorizando aqueles advindos da classe trabalhadora, ou seja, os mais pobres.

Os anos de 1980, por sua vez, marcam o processo de redemocratização brasileira, repercutindo nas políticas do país, inclusive na de assistência estudantil. Anteriormente à publicação da Constituição Cidadã, de 1988 (BRASIL, 1988), já havia iniciativas de reivindicações de pró-reitores de assuntos comunitários e estudantis por políticas para promover e apoiar o alunado universitário em sua permanência nas instituições educacionais (FONAPRACE, 1997; OLIVEIRA, 2016; IMPERATORI, 2017).

A passos lentos e como resultado de um longo processo de discussões e reivindicações, a partir de 2001, há a inserção da assistência estudantil no Plano Nacional de Educação (PNE), conferindo maior estabilidade como política pública (BRASIL, 2001). Essa conquista abriu caminhos para a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que, por sua vez, possibilitou a ampliação de financiamentos e de códigos de vagas de docentes e técnicos administrativos em educação, dentre os quais se encontram os integrantes das equipes multiprofissionais de apoio aos estudantes (KOWALSKY, 2012).

A partir da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) são criados dentro de uma concepção de que as instituições públicas devem promover o desenvolvimento de ações que garantam a inclusão social dos estudantes, proporcionando acesso e permanência em cursos de Ensino Profissional técnico de nível médio, cursos superiores e de pós-graduação. Com sua implantação e interiorização pautadas no combate às desigualdades regionais, os IF têm na assistência estudantil uma marca de sua atuação, tendo, a partir de sua abrangência no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), conforme disposto no Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010), recebido autonomia de gestão e execução dos recursos para organizar os serviços, projetos e programas propostos na assistência aos estudantes (CRISTINO *et al.*, 2016).

Cita-se também a relevância da Lei de Cotas, a Lei nº 12711/2012 (BRASIL, 2012), que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio por meio de cotas destinadas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência oriundos de escolas públicas. Compreendida enquanto “uma

maneira eficaz de incluir um número significativo de estudantes que, mesmo com todos os percalços do caminho, conseguiram concluir o ensino médio” (SILVA, 2022, p. 6), as cotas constituem parcela significativa do público atendido pela assistência estudantil.

Nesse sentido, tendo como pano de fundo a execução das políticas de assistência estudantil no contexto do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) com foco no papel dos profissionais da Enfermagem e da Psicologia como membros integrantes da equipe multiprofissional de apoio ao estudante, esta pesquisa, de abordagem qualitativa, é um estudo de caso que teve como objetivo analisar a contribuição da atuação desses profissionais nos processos de permanência e êxito, como também nos processos de aprendizagem dos estudantes do IFPB atendidos pela política de assistência estudantil.

Compreendida a multiplicidade de olhares possíveis sobre a assistência estudantil, o foco nas áreas de Psicologia e Enfermagem deriva das vivências profissionais dos pesquisadores, demonstrando uma intrínseca relação sujeito-objeto e evidenciando um perfil de pesquisa concebida na própria realidade.

A metodologia adotada para alcançar esse objetivo foi qualitativa e exploratória, sendo realizada a partir de pesquisa documental, no ano de 2022. Para Severino (2017, p. 91), a pesquisa documental pode ser compreendida como uma "técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho". Nesse sentido, foram consultados os principais marcos normativos sobre assistência estudantil do país e do IFPB, a saber: Portaria Normativa nº 39/2007 (BRASIL, 2007c); Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010); e Resolução nº 16/2018 (IFPB, 2018).

Com uma perspectiva de análise temática de conteúdos (MINAYO, 2001), a análise documental partiu dos destaques presentes nos marcos normativos nacionais, encaminhando-se para sinalizar os desdobramentos destas legislações no contexto normativo específico do IFPB.

Após esses apontamentos iniciais, será apresentado, a seguir, um breve relato acerca da historicidade e das disposições da política de assistência estudantil do país e do IFPB. Posteriormente, será abordada uma discussão sobre o que compete aos profissionais de Psicologia e Enfermagem no contexto desta política, seguida pelas considerações finais deste estudo.

## **2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO IFPB**

O surgimento da assistência estudantil no Brasil vincula-se à criação das universidades, as quais, por sua vez, foram criadas a partir da vinda da família real portuguesa, em 1808 (KOWALSKY, 2012). No entanto, somente em 1928, ou seja, 120 anos depois, houve iniciativa pública para a criação da Casa do Estudante Brasileiro em Paris, no governo de Washington Luís, com o objetivo de contribuir com os estudantes universitários, mas apenas para aqueles advindos da elite, que tinham condições de estudar fora do país. Foi durante os anos de 1940 que a assistência estudantil consolidou-se no Brasil, ao ser garantida na lei enquanto obrigatoriedade para todos os níveis de ensino, havendo a ampliação também para seu público alvo (KOWALSKY, 2012; OLIVEIRA, 2016).

Também pode-se destacar o período do governo ditatorial militar, em que houve a substituição da garantia de gratuidade do Ensino Superior para os estudantes integrantes de camadas sociais mais desfavorecidas pela concessão de bolsas de estudo em instituições privadas, a serem pagas após a conclusão do curso, acatando a ordem capitalista neoliberal em vigência. Desde esse período, a construção de políticas públicas em educação atendeu a uma agenda global liderada por organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), o que afetou diretamente as proposituras no campo da assistência estudantil (OLIVEIRA, 2016).

Buscando a consolidação da política brasileira de assistência estudantil, em meados de 1984, por meio dos fóruns nacionais, os pró-reitores de assuntos comunitários e estudantis das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) começaram a pautar documentos com análises e proposituras (FONAPRACE, 2012; OLIVEIRA, 2016). Uma dessas propostas referia-se à inserção da assistência estudantil no PNE, para lhe garantir enquanto política pública. No entanto, isso efetivou-se somente em 2001, constituindo-se, assim, como um marco na história da assistência estudantil (OLIVEIRA, 2016), pois passou a

vigorar na agenda governamental e a ter o reconhecimento de sua importância no contexto das IFES.

Esse avanço abriu espaço para o incremento da assistência estudantil, mas permanecendo sob o viés da subordinação ao capital, com vistas à captação de novos mercados. Nesse caminho, em 2007, atendendo à ordem financeira de submissão aos acordos comerciais, implementou-se o REUNI no sistema federal de ensino, por meio do Decreto nº 6.096/2007 (BRASIL, 2007a).

A maior parte das universidades aderiu ao REUNI, passando a oferecer cursos de graduação mais diversificados e, com a expansão do acesso de estudantes em situação de maior vulnerabilidade social e econômica, começaram também a se atentar mais a esses alunos, efetivando políticas públicas de assistência estudantil. Como resultado desse processo, em agosto de 2007, foi publicado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2007c), formalizado enquanto uma política de governo em dezembro do mesmo ano (FONAPRACE, 2012; OLIVEIRA, 2016).

Kowalsky (2012) e Imperatori (2017) sinalizam que, em decorrência do avanço das discussões e reivindicações do Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), da União Nacional dos Estudantes (UNE) e das IFES, o Plano foi revogado e instituído enquanto Programa, oferecendo, finalmente, ao PNAES, o estatuto de política de Estado, firmando assim a Assistência Estudantil no âmbito universitário, com vistas à ampliação das condições de permanência e êxito dos estudantes.

O PNAES (BRASIL, 2010) reforça a relevância social de políticas de apoio e acolhimento ao estudante, regulamentando a assistência estudantil nas IFES e trazendo para discussão os cuidados e a atenção ao estudante de modo a não se restringir à oferta do ensino, mas com um viés na perspectiva do atendimento às necessidades básicas do educando, por meio de ações nas áreas de: moradia; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência.

Finatti, Alves e Silveira (2006) assinalam que, pelo fato de o PNAES abarcar ações que oportunizam melhorias nas condições de acesso e permanência dos estudantes,

envolve diferentes áreas dos direitos humanos, o que pode ser verificado em sua finalidade enquanto política, que diz respeito à garantia do acesso, da permanência e do êxito na conclusão do curso, assumindo-se como horizonte a inclusão social, a produção de conhecimento, a formação omnilateral, o aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e da qualidade de vida da comunidade escolar (BRASIL, 2010).

A partir dessa perspectiva, parece possível inferir que o PNAES apresenta em seu cerne a concepção de ser humano enquanto ser de relações, o que remete a aproximações entre as concepções de Freire e Vigotski. Conforme Alves (2013, p. 430): “O homem ou o humano para Freire e para Vigotski não se reduz a um complexo biológico. (...) enquanto gênero humano, só é compreendido a partir do diálogo que trava com o mundo, onde constitui e é constituído simultaneamente”. Ou seja, o homem enquanto sujeito cuja essência é social (SANTOS, GONÇALVES, OLIVEIRA, 2021).

Vale salientar que o PNAES também abrange os IF e, segundo Oliveira, Crisóstomo e Oliveira (2018), esse Programa serviu como norteador da organização dos IF no sentido da estruturação de suas políticas institucionais de assistência estudantil, possibilitando que as instituições construíssem e implementassem suas próprias políticas, a exemplo do IFPB.

O IFPB foi criado, como antiga Escola de Aprendizes Artífices, em 1909, e, ao longo de seus mais de cem anos de história, assumiu diversas denominações. Consolidado, em 2008, a partir da união do Centro Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) com a Escola Agrotécnica Federal de Sousa (EAFS), é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, que oferece educação especializada profissional e tecnológica por meio de cursos técnicos de nível médio, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e cursos superiores de tecnologia, licenciatura, bacharelado e engenharia, além de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Atuando primordialmente na Paraíba, mas não excluindo os cenários nacional ou internacional, o Instituto desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas: Comércio, Construção Civil, Educação, Geomática, Gestão, Indústria, Informática, Letras, Meio Ambiente, Química, Recursos Pesqueiros, Agropecuária, Saúde, Telecomunicações e Turismo e Hospitalidade (IFPB, 2021, p. 32).



Segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha referentes ao ano de 2022, o IFPB possui 33.886 estudantes matriculados em 242 cursos distribuídos em 21 *Campi*. Destes alunos, 93,5% têm renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo, aos quais são destinadas cerca de cinco mil bolsas anuais para custeio de transporte, moradia e alimentação (IFPB, 2021).

Em atendimento ao PNAES, a Política de Assistência Estudantil do IFPB foi elaborada em 2011 (IFPB, 2011) e reformulada em 2018 (IFPB, 2018). Mesmo sem a denominação de assistência estudantil, somente adotada após o advento do PNAES, políticas de atendimento aos discentes já eram executadas no IFPB. Ainda como CEFET-PB, eram oportunizadas aos alunos inscrição para ocupar vagas nos programas de restaurante estudantil, bolsa de trabalho por demanda social, bolsa de trabalho de Informática, bolsa de pesquisa e empréstimo de material didático. “De forma específica, o alunado da EJA, Ensino Médio Noturno, permanecerá contemplado diretamente com o fornecimento de passes estudantis, fardamento e material didático e cadastro no refeitório estudantil” (CEFET-PB, 2006, p.50).

Atualmente, a Política de Assistência Estudantil do IFPB é materializada por meio de benefícios socioassistenciais e dos seguintes programas: apoio à permanência do estudante; alimentação; moradia estudantil; atenção e promoção à saúde; estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e ou superdotação; apoio à participação em eventos; material didático-pedagógico; incentivo à cultura, arte, esporte e lazer; apoio pedagógico; e, ainda, apoio ao estudante na modalidade a distância (IFPB, 2018).

Os programas de apoio à permanência do estudante, de alimentação e de moradia estudantil são executados mediante repasse de auxílio financeiro ou do acesso a bens e serviços pelos estudantes, com a perspectiva de atendimento continuado, obedecendo dispositivos previstos em editais para seleção de caráter socioeconômico que lhes dão acesso por meio do cálculo e análise do índice de vulnerabilidade social.

Os programas de atenção e promoção à saúde, de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e ou superdotação, de incentivo à cultura, arte, esporte e lazer, de apoio pedagógico e de apoio ao estudante na modalidade a distância se concretizam por meio de atendimentos individuais, familiares ou

coletivos, bem como pela realização de ações, campanhas e projetos de acesso universal desenvolvidos nos *Campi*.

Já os programas de apoio à participação em eventos e de material didático-pedagógico realizam-se pelo atendimento a demandas específicas dos estudantes, com o pagamento de ajuda de custo, a aquisição e entrega de bens ou o empréstimo de materiais, oferecendo suporte e incentivo ao desenvolvimento acadêmico dos discentes.

Com esta configuração, é possível inferir que esses programas propõem-se a garantir à comunidade acadêmica e escolar, o acesso, a permanência e a conclusão do curso, durante sua passagem pela instituição. A Política do IFPB também compreende ações diversificadas relacionadas aos direitos humanos, como apontam Finatti, Alves e Silveira (2006), ao buscar garantir melhores possibilidades de permanência e êxito do alunado na instituição, o que pode ser observado nos princípios e objetivos da Política do IFPB, exemplificado em alguns incisos, a seguir, tais como:

Art. 3º (...)

I – fortalecer e ampliar programas e projetos de assistência estudantil que garantam a permanência e o êxito dos estudantes;

II – realizar acompanhamento pedagógico e biopsicossocial aos discentes, contribuindo com o processo de aprendizagem;

(...)

IV – promover programas de atenção aos estudantes com deficiência;

(...)

IX – realizar projetos de ensino, pesquisa e extensão que contribuam com o desempenho acadêmico do estudante; (...) (IFPB, 2018, p. 2).

Ao analisar a Política de Assistência Estudantil do IFPB (IFPB, 2018), é possível observar um salto qualitativo em termos do que é preconizado no PNAES. Como exemplo, pode-se citar que a Política do IFPB, em termos de abrangência, engloba o corpo discente de todas as modalidades de ensino ofertadas na instituição, enquanto o PNAES focaliza o público matriculado na graduação.

Art. 4º A Política de Assistência Estudantil do IFPB contempla os estudantes regularmente matriculados em todas as modalidades de ensino e atende prioritariamente aos estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio (Decreto nº 7.234, Art. 5º) e/ou em situação de vulnerabilidade social, e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015) (IFPB, 2018, p. 2-3).

Em conformidade com o PNAES, a Política do IFPB prioriza o atendimento aos alunos oriundos de escolas públicas e ou de baixa renda, o que coaduna com os critérios de ingresso na instituição pela Lei de Cotas. Essa combinação de ações de acesso e permanência direcionada aos estudantes em situação de vulnerabilidade social é considerada essencial à garantia do direito à educação com qualidade e êxito no processo pedagógico e de ensino-aprendizagem.

A dificuldade para a efetivação da articulação dessas ações de acesso, permanência e êxito, entretanto, encontra-se na limitação orçamentária para atender à totalidade dos alunos com perfil compatível para participar dos programas de assistência estudantil. Como já mencionado, mais de 90% dos estudantes do IFPB possuem renda inferior a um salário mínimo e meio, o que implicaria, para atender a todos, um comprometimento financeiro maior que o disponibilizado no Instituto.

Não obstante as limitações da realidade concreta, considera-se a Política do IFPB primordial por sua concepção da assistência estudantil como um direito social e um dever político, envolvida com a formação humana do alunado no processo de aprendizagem, comprometida com a educação pública de qualidade para a classe trabalhadora e seus filhos, em busca da justiça social e da equidade para o acesso, a permanência e o êxito na conclusão do curso.

Ainda vale salientar que a Política de Assistência Estudantil do IFPB avança em relação ao PNAES no que diz respeito à indicação da composição da equipe multiprofissional de apoio ao estudante, incluindo a sinalização de algumas atribuições para cada profissão, o que não é mencionado na normativa nacional.

A Política do IFPB contempla profissionais de diversas áreas na equipe de apoio ao estudante: Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Nutrição, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Educação Física, Artes e assistência às pessoas com necessidades específicas. A formação das equipes em cada *Campus*, porém, depende da quantidade de discentes matriculados, docentes e estrutura física disponível. Por isso, nem toda instituição em funcionamento nos diversos municípios do Estado da Paraíba possui todos os profissionais citados no referido documento (IFPB, 2018).

Dos 21 *Campi* no Estado da Paraíba, nove (42,9%) não possuem psicólogo em suas equipes multiprofissionais e oito (38,1%) não possuem qualquer profissional da área de saúde. A presença de assistentes sociais e pedagogos é mais consolidada, compondo as equipes em 80,9% e 85,7% dos *Campi*, respectivamente.

A maturidade dos *Campi* influenciam a composição das equipes multiprofissionais de apoio ao estudante, pois, os *Campi* mais antigos, como Sousa, João Pessoa e Campina Grande, possuem equipes completas, enquanto os que foram criados durante as fases de expansão e interiorização do IFPB (2011 a 2016) ainda carecem de complementação de suas equipes. Tem-se, a saber, a existência de unidades avançadas - que ainda não possuem autonomia financeira enquanto *Campus*, mas ofertam cursos e, portanto, possuem alunos - que não dispõem de qualquer profissional para atuação no apoio ao estudante. São exemplos desta situação as unidades de Areia, Mangabeira e Pedras de Fogo que, juntas, registraram, no ano de 2022, o total de 1.435 alunos matriculados, segundo a Plataforma Nilo Peçanha. As ações demandadas pelos estudantes destas unidades ficam a cargo dos profissionais em exercício na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE).

Devido ao fato de nem todos os *Campi* do IFPB contarem com a formação completa de profissionais em suas equipes, observa-se uma dificuldade em desenvolver ações diante da quantidade de atribuições que os profissionais presentes ficam encarregados de desenvolver.

A forma como o cuidado integral é oferecido aos estudantes cabe a cada equipe de assistência estudantil, conforme a peculiaridade de trabalho em cada *Campus*. Pode-se destacar, na Política de Assistência Estudantil do IFPB, o acompanhamento psicossocial aos discentes, o qual contempla os diversos programas desenvolvidos na instituição. Enfatiza-se, neste artigo, a importância dos profissionais da Psicologia e da Enfermagem nos espaços educacionais, pois é uma atuação recente e ainda necessita de instrumentos de capacitação.

A capacitação, a saber, tem sido estimulada para todos os profissionais de apoio ao estudante no IFPB, por meio da realização de reuniões para integração e troca de experiências, além de formação continuada, a exemplo de capacitação realizada sobre dificuldades de aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva (IFPB, 2022).

Trazendo o tema da saúde mental e assistência dos profissionais que compõem a Política de Assistência Estudantil do IFPB para com os estudantes, foi realizado, em 2018, um levantamento junto à comunidade acadêmica do IFPB acerca das demandas mais recorrentes em saúde mental dos estudantes (Figura 1). Fizeram parte da pesquisa alunos de 17 *Campi*. Ao final da pesquisa, foi confeccionada uma cartilha informativa de apoio à saúde mental dos estudantes (IFPB, 2019).

Figura 1 - Demandas recorrentes em saúde mental dos estudantes



Fonte: Retirado de IFPB (2019, p. 8)

Na figura 1, é possível observar o quantitativo de estudantes que se encontram em sofrimento mental, cabendo aqui a reflexão: as equipes multidisciplinares de assistência estudantil dos *Campi* do IFPB, tão distintas quanto ao número e diversidade de áreas profissionais que as compõem, atendem suficientemente as demandas de saúde mental?

Em decorrência do estudo sobre saúde mental no IFPB foi criada em 2018, a Coordenação de Assistência à Saúde do Estudante (COASE), vinculada à Coordenação de Assistência Estudantil da PRAE, com o objetivo de articular junto aos *Campi* o acolhimento, as orientações e os encaminhamentos relacionados à saúde do discente.

Essa coordenação apoia os campi no sentido de viabilizar o acesso à orientação psicossocial; a projetos desenvolvidos pelas Equipes de Referência em Saúde Mental (ERSM), existentes em cada campus do IFPB e que atualmente são coordenadas pelos Núcleos de Acompanhamento Psicossocial (NAPS); a atendimentos médicos e psicológicos, possibilitados pelas ERSM dos campi em parceria com os serviços da rede pública de saúde dos municípios, como CAPS, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, CVV, hospital geral, unidades básicas de saúde (UBS), entre outros (IFPB, 2022, p. 73).

Importante destacar que os NAPS foram criados durante o período de suspensão das aulas do IFPB, em decorrência da pandemia por COVID-19. A motivação foi a busca por formas de aliviar o sofrimento de estudantes e servidores, acompanhando-os quanto às suas condições de conectividade, acessibilidade social e saúde psicológica, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de estratégias de minimização dos impactos negativos no processo pedagógico (IFPB, 2022).

Sob a responsabilidade das ERSM, a atenção à saúde psicológica corresponde a: levantamento de dados sobre as formas mais recorrentes de sofrimento psicológico; identificação das variáveis contributivas para este sofrimento, especialmente relativas ao processo de ensino-aprendizagem; e planejamento de possíveis estratégias de promoção e prevenção em saúde mental, como realização de campanhas e promoção de eventos e debates (IFPB, 2020).

Considerando-se que dificuldades relacionadas ao campo da saúde e, mais especificamente, da saúde mental, podem ocasionar prejuízos ao desempenho escolar e, portanto, na permanência e êxito dos estudantes, bem como, diante da análise realizada a partir dos dados da Figura 1, pode-se notar a importância da presença e da capacitação dos profissionais da Psicologia e da Enfermagem integrando a equipe multidisciplinar no âmbito do IFPB, no que se refere à assistência, ao acolhimento e à saúde mental.

Visando evidenciar a configuração específica de atuação desses profissionais junto às equipes de assistência estudantil das IFES, em especial do IFPB, será discutido, nas seções subsequentes, o papel da Psicologia e da Enfermagem na atuação direta junto aos setores de assistência estudantil.

### **3. O PAPEL DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

O psicólogo começou a adentrar no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a partir do final dos anos 1980, compondo, a princípio, o quadro administrativo dos servidores lotados nas Escolas Técnicas Federais (ETF) e nos Centros Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CEFET). No entanto, nessa época, havia pouca representação dessa classe profissional, sendo considerada uma quantidade defasada em comparação ao quantitativo do alunado, conjuntura que passou a sofrer modificações a contar de 2008, com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

Tecnológica (RFEPCT), quando acontece a ampliação do quadro de servidores técnico-administrativos das IFES (FEITOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2016).

No entanto, somente em 2010, com a instituição do PNAES e a organização das políticas de assistência estudantil por cada IFES, o objetivo de acolher demandas de diversas ordens dos discentes, para possibilitar a permanência e o êxito do alunado em situação de vulnerabilidade social foi elevado a uma condição prioritária (OLIVEIRA; CRISÓSTOMO; OLIVEIRA, 2018). Com isso, as equipes multiprofissionais de cada instituição foram ampliadas e o psicólogo foi ocupando esses espaços. Esse descritivo histórico corresponde aos passos percorridos pela Psicologia também no IFPB.

Com a ocupação desses espaços educacionais, foi chegada a oportunidade de dar à escuta em Psicologia um significado novo e indicar ações que garantam sua atuação no sentido de uma prática crítica e adequada ao ambiente escolar (FEITOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2018).

As políticas de assistência estudantil das IFES, geralmente, sinalizam algumas atribuições para cada profissão da equipe multidisciplinar, ao contrário do PNAES, que não trouxe nada a respeito disso.

Autores representativos da Psicologia Escolar defendem que o psicólogo com atuação junto à assistência estudantil nos IF possa contribuir com ações potencializadoras dos processos educacionais, bem como com as relações vinculares que se desenvolvem no ambiente escolar, com vistas ao desenvolvimento integral dos sujeitos (FEITOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2018; MARINHO-ARAÚJO, 2010). Ou seja, que o fazer profissional do psicólogo escolar ligado à assistência estudantil direcione-se para o acolhimento aos discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica, por meio da proposição de ações que atendam às demandas biopsicossociais e pedagógicas, visando melhorar o desempenho escolar, a permanência e o aperfeiçoamento da formação do alunado (FEITOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2016).

No âmbito específico do IFPB, o serviço de Psicologia, segundo a Política de Assistência Estudantil da instituição (IFPB, 2018), visa cooperar com o aprimoramento do processo de aprendizagem para potencializar o desempenho acadêmico, propondo ações que diminuam a repetência e a evasão escolar. A referida Política define como competências do psicólogo nesse contexto:

Art. 20. (...)

I – promover condições de desenvolvimento dos educandos nos aspectos social, afetivo, emocional e cognitivo;

II – buscar condições que facilitem o relacionamento intra e interpessoal dos estudantes, contribuindo assim para o processo de ensino e aprendizagem;

III – promover ações sistemáticas de acompanhamento aos estudantes ingressos visando facilitar sua convivência no ambiente escolar;

IV – desenvolver atividades voltadas à atualização para o mundo do trabalho e orientação profissional;

V – proporcionar atividades que possibilitem a formação crítica, reflexiva e política dos estudantes, contribuindo para o processo de construção das identidades e subjetividades;

VI – participar do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no sentido de contribuir com as discussões e subsidiar a intervenção profissional junto aos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (IFPB, 2018, p. 8-9).

Observa-se, a partir dessas atribuições dirigidas ao psicólogo que atua junto à assistência estudantil no contexto da EPT no IFPB, a convocação do profissional a referenciais críticos de atuação em Psicologia Escolar, que colaborem para a percepção da complexidade desse contexto bem como dos desafios que se impõem nesses processos de trabalho (ANDRADA *et al.*, 2018). Ou, dito de outra forma, como na fala de Asbahr e Nascimento (2013, p. 419), a seguir:

(...) é, fundamentalmente, uma forma de entender o homem naquilo que ele é e naquilo que ele pode vir a ser. Trata-se, em essência, da elaboração das questões psicológicas sobre o *que se desenvolve no homem e como se desenvolve*, a partir da explicitação e da defesa de uma certa concepção de mundo e de homem: ambos essencialmente históricos (*grifo dos autores*).

Assim, o psicólogo escolar crítico tem no sujeito integral o seu objeto de ação, na medida em que o considera enquanto ser inserido numa dada realidade histórica e social, dirige sua atenção aos fenômenos circundantes, à historicidade deles, elucidando a realidade, percebendo os limites e desafios dela, compreendendo os comportamentos fossilizados e buscando apreender as mudanças sofridas até então na análise (SOUZA, 2016; VIGOTSKI, 1995; 2003).

Medeiros (2020, p. 219) reflete acerca dessa complexidade que envolve o contexto educacional e questiona o trabalho específico do psicólogo nas instituições educativas, o que parece ser bastante relevante para as considerações aqui traçadas:

Podendo manejar de um lugar para outro as demandas que lhes são endereçadas pela instituição escolar, o encontro com o novo, com o imprevisível do trabalho e



com os impasses da experiência retorna como pergunta: “qual a minha parte nessa história [como psicólogo escolar]”?

A título de encerramento temporário desta discussão que está longe de ser esgotada, aciona-se Guzzo (1996), a qual adverte que o processo de transformação do psicólogo em psicólogo escolar é algo contínuo, visto que nunca estará pronto, pois diz respeito à possibilidade de construção de espaços que promovam o desenvolvimento dos sujeitos implicados nos processos educativos, espaços esses atravessados por demandas históricas e sociais e, por isso, únicos e inacabados (BERTOLLO-NARDI, 2014; CAVALCANTE; MARINHO-ARAÚJO, 2019).

#### **4. O PAPEL DA ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

Fazendo uma análise acerca da atuação dos profissionais da Enfermagem no âmbito escolar, vê-se que sua entrada nesse espaço se deu de forma lenta, gradual e sem uma política que pudesse orientar estes profissionais. Nas poucas instituições que tinham esse profissional inserido, sendo o IFPB um exemplo destas instituições, sua atuação tinha como objetivo prestar uma assistência de forma curativa às doenças e queixas da comunidade escolar. Não se pensava em promoção e prevenção às doenças e agravos. Nessa perspectiva, não havia a compreensão de que a escola era responsável pelo bem-estar do aluno e as ações eram trabalhadas de forma pontual quando necessitava ser realizado algum tipo de tratamento ou encaminhamento do estudante.

A integração saúde e educação somente passou a ser evidenciada quando a concepção e visão de saúde foi tida como completo bem estar biopsicossocial e quando os legisladores compreenderam a necessidade da assistência à saúde no ambiente escolar. Assim, programas de saúde escolar foram sendo, de forma tímida, organizados e desenvolvidos, o que contribuiu para repercutir em práticas de saúde na escola (GOMES, 2012).

Silva e Pantoja (2009) afirmam que o Brasil teve como marco o Programa Saúde na Escola (PSE), criado pelo Decreto nº 6.286/2007 (BRASIL, 2007b). O Programa busca atender à formação integral e ao desenvolvimento da cidadania de estudantes da educação básica e propõe que os profissionais da Enfermagem trabalhem de forma preventiva as ações de saúde dos estudantes nas escolas públicas do Brasil. Porém vê-se

que sua efetivação prevê visitas da equipe de saúde da família nas escolas de forma periódica, mas não há previsão de implantação de um setor que possa, de forma diária, prestar assistência aos estudantes.

Na mesma década, têm-se a criação do PNAES (BRASIL, 2010), que abre espaço para a presença dos profissionais da Enfermagem nas IFES, porém sem um programa de capacitação e sem a definição dos objetivos específicos da atuação desses profissionais.

Mesmo sem uma política clara, ao longo dos anos, que direcionasse as ações dos profissionais da Enfermagem nos espaços escolares, nem uma definição por parte dos conselhos profissionais da área, compreende-se sua relevância no contexto da assistência estudantil e observam-se avanços e conquistas no ambiente escolar com a participação enquanto membros da equipe multidisciplinar nas instituições de ensino, trazendo o entendimento de que o estudante necessita ser acompanhado de forma integral, garantindo a promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, em um sistema de ensino público e universal.

Assim como aconteceu com os profissionais da Psicologia, foi com a criação dos IF, em 2008, que os quadros da Enfermagem foram aumentando e, a partir das orientações do PNAES, que fortaleceu-se a concepção de assistência integral ao estudante, incluindo os aspectos da saúde entre aqueles que corroboram para a permanência e o êxito nos processos de formação. No âmbito do IFPB, a Política de Assistência Estudantil (IFPB, 2018) abarca a saúde no apoio biopsicossocial oferecido pelos setores multidisciplinares de atendimento ao estudante e traz um conjunto de ações e responsabilidades quanto à prestação de serviços de Enfermagem, bem como o papel dos profissionais.

Dentre os objetivos desta Política, pode-se destacar o acompanhamento psicossocial aos discentes visando melhorar o desempenho acadêmico, reduzir o índice de evasão e a retenção na série. Na Política, está estabelecido o programa de atenção à saúde do estudante, que tem como foco central a promoção da saúde e a prevenção de doenças:

Art. 10. (...)

§ 10 Ao Programa de Atenção e Promoção à Saúde do Estudante compete:

- I – fomentar o protagonismo estudantil na prevenção de doenças e promoção da saúde;
- II – incentivar a cultura de paz, prevenindo as diferentes expressões de violência;
- III – orientar sobre os riscos do uso de álcool e outras drogas;

- IV – abordar questões relativas à sexualidade e à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST/AIDS);
- V – realizar atividades voltadas à promoção da saúde, por meio de ações multidisciplinares;
- VI – diagnosticar e acompanhar, por meio de pesquisa, as condições de saúde dos estudantes;
- VII – custear e/ou ofertar, verificada a possibilidade orçamentária, a realização de exames médicos e a aquisição de órteses e próteses cuja necessidade esteja diretamente associada à qualidade do aprendizado do aluno;
- VIII – estimular a prática de exercícios físicos e manifestações culturais como fatores indispensáveis na perspectiva do fortalecimento da autoestima e da ressignificação de valores e atitudes socioculturais e pessoais;
- IX – prover a articulação entre o IFPB e as unidades públicas de saúde com vista à atenção integral do estudante (IFPB, 2018, p. 5).

Os serviços prestados pelos profissionais da Enfermagem no IFPB são: atendimento ambulatorial à livre demanda no setor de saúde; avaliação anual de saúde com emissão de atestado e parecer de aptidão física; encaminhamento à rede de saúde, quando necessário; atendimento de urgência e emergência, transporte e acompanhamento dos estudantes até a unidade de pronto atendimento ou hospitalar; visitas domiciliares aos alunos que enfrentam problemas de saúde física e mental; primeiros socorros; atividades de promoção e prevenção à saúde de discentes e servidores; campanhas de vacinação, oficinas, rodas de conversa e outras ações que proporcionam a socialização de conhecimentos e construção de novos saberes, contribuindo para construção do cidadão autônomo, independente e omnilateral (IFPB, 2018).

As ações dos profissionais de Enfermagem no IFPB envolvem temas diversos de interesse para a formação dos estudantes da EPT: sexualidade; gravidez na adolescência; infecções sexualmente transmissíveis; drogas lícitas e ilícitas; higiene; campanhas de setembro amarelo, outubro rosa e novembro azul.

Ao trazer o profissional de Enfermagem para dentro da escola, destaca-se a importância da educação em saúde neste espaço, tendo em vista a prestação da atenção e do cuidado, disseminando informações sobre temas diversos a serem discutidos no espaço escolar, cujo intuito é de conscientizar os estudantes para a responsabilidade no cuidado com a saúde física e mental, refletindo sobre sua condição de saúde, através de ações individuais e coletivas realizadas pela Enfermagem.

Compreende-se que, embora o serviço de Enfermagem na instituição educacional não se trate de um pronto atendimento ou unidade básica de saúde, reporta ao

acolhimento de demandas e intercorrências no campo da saúde física e mental, com o objetivo maior de reduzir os índices de evasão escolar e promover a democratização e a qualidade dos serviços prestados aos estudantes, contribuindo, assim, com a concretização do direito à educação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do PNAES e da Política de Assistência Estudantil do IFPB são marcos na prestação de assistência ao estudante, principalmente quando enfatiza-se a importância da equipe multiprofissional, com foco na atuação da Psicologia e da Enfermagem. Reconhece-se a importância e necessidade dos referidos profissionais na instituição, por objetivarem, em seus processos de trabalho, a diminuição dos índices de retenção e evasão escolar, otimizando assim, a permanência e êxito dos estudantes durante o percurso educacional.

Acrescenta-se que, mesmo diante da expansão dos programas de assistência aos estudantes e da organização da execução da política nas IFES e, particularmente, no IFPB, percebe-se uma lacuna no nível de detalhamento do rol de ações e responsabilidades dos profissionais da Psicologia e da Enfermagem nos espaços educacionais. Fazendo referência ao atendimento aos códigos de ética e regulamentos estabelecidos pelos conselhos de cada profissão, a integração com a educação fica em segundo plano, uma vez que a regulamentação do exercício profissional é amplo e não especifica responsabilidades e atribuições no contexto educacional.

Outro fato a ser ressaltado é não haver definição, nos marcos normativos, quanto ao quantitativo mínimo de profissionais por aluno. A realidade evidencia que o número de profissionais da equipe multidisciplinar de assistência estudantil contratados, especialmente da Psicologia e da Enfermagem, não acompanhou, na mesma proporção, o incremento no número de alunos, cursos e *Campi* advindos com a criação e expansão dos IF, a partir de 2008. Assim, parece haver a necessidade de otimizar a regulamentação acerca do quantitativo de profissionais em relação ao total de estudantes atendidos pela Política de Assistência Estudantil em cada *Campus*.

Por fim, registra-se que a literatura acadêmica dispõe de poucos estudos referentes à assistência estudantil e à atuação dos profissionais da Enfermagem e da Psicologia dentro

dos IF, havendo um número superior de pesquisas com lócus nas universidades federais. Portanto, parece relevante sinalizar a necessidade de investigações de alcances locais, regionais e nacionais a respeito do trabalho destes profissionais na assistência estudantil na RFEPCT.

### Referências

ALVES, Solange Maria. A Pedagogia libertadora e a Psicologia histórico-cultural: dialogando educação e desenvolvimento humano. **Revista Pedagógica**, v. 15, n. 30, p. 427-452, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1576>. Acesso em: 31 maio 2021.

ANDRADA, Paula da Costa de et al. A dimensão psicossocial na formação do psicólogo escolar crítico. In: SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de et al. (Org.). **Psicologia escolar crítica: atuações emancipatórias nas escolas públicas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2018.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; NASCIMENTO, Carolina Picchetti. Criança não é manga, não amadurece: conceito de maturação na teoria histórico-cultural. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, p. 414-427, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/4Wq5bTmhnRT8XG8w3B5Xcvj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2021.

BERTOLLO-NARDI, Milena. **O trabalho do psicólogo em um Campus do Instituto Federal do Espírito Santo**: possibilidades e desafios de uma prática. 2014. 199 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: [http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9089/1/tese\\_5901\\_Tese%20de%20Doutorado%20-%20Milena%20Bertollo%20Nardi.pdf](http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9089/1/tese_5901_Tese%20de%20Doutorado%20-%20Milena%20Bertollo%20Nardi.pdf). Acesso em: 13 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 de abril de 2007a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 06 de dezembro de

2007b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm). Acesso em: 27 dez. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 de julho de 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 03 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm). Acesso em: 26 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 11.892, 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 30 de dezembro de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Institui o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 30 de agosto de 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 04 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 de dezembro de 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm). Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. 2007c. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acesso em: 03 set. 2021.

CAVALCANTE, Lorena de Almeida; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria. A dimensão ética e política da pesquisa em Psicologia escolar. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 11, n. 1, p. 103-119, abr. 2019. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3018>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA PARAÍBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2005-2009**. IFPB: Reitoria, João Pessoa, 2006. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos->

institucionais/documentos/PlanoDesenvolvimentoInstitucional\_PDI.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

CRISTINO, Ana Caroline Cabral et al. A contribuição da assistência estudantil para o desenvolvimento biopsicossocial de estudantes do Instituto Federal, *Campus Limoeiro do Norte*. **Conexão Ciência e Tecnologia**, v. 10, n. 1, p. 9-16, mar. 2016. Disponível em: <http://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/844>. Acesso em: 27 abr. 2022.

FEITOSA, Lígia Rocha Cavalcante; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. O papel do psicólogo na Educação Profissional e Tecnológica: contribuições da Psicologia escolar. **Estudos de Psicologia**, v. 35, p. 181-191, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/cv45KVLKRKJLx6r435MtrBN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2022.

FEITOSA, Lígia Rocha Cavalcante; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Psicologia escolar nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: oportunidades para atuação profissional. In: FRANCISCHINI, Rosângela; VIANA, Meire Nunes Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia escolar: que fazer é esse**. Brasília: CFP, 2016. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP\\_Livro\\_PsinaEd\\_web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web.pdf). Acesso em: 17 jun. 2021.

FINATTI, Betty Elmer; ALVES, Jolinda de Moraes; SILVEIRA, Ricardo de Jesus. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina - UEL: indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. **Libertas**, v. 6 e 7, n. 1 e 2, p. 246-264, jan./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18155>. Acesso em: 18 ago. 2021.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**, 1. Belo Horizonte: FONAPRACE, 1997.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. UFU, 2012. Disponível em: [http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista\\_fonaprace\\_25\\_anos.pdf](http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf). Acesso em: 18 ago. 2021.

GOMES, Lívia Cardoso. **O desafio da intersectorialidade: a experiência do Programa Saúde na Escola (PSE) em Manguinhos, no município do Rio de Janeiro**. 2012. . 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2012. Disponível em:

[https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24563/1/ve\\_L%c3%advia\\_Cardoso\\_ENSP\\_2012](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24563/1/ve_L%c3%advia_Cardoso_ENSP_2012).  
Acesso em: 23 abr. 2022.

GUZZO, Raquel Souza Lobo. Formando psicólogos escolares no Brasil: dificuldades e perspectivas. In: WECHSLER, Solange Muglia (Org.). **Psicologia escolar: pesquisa, formação e prática**. Campinas: Alínea, 1996.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Cartilha sobre saúde mental**. IFPB: Reitoria, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prae/assistencia-estudantil/panfleto-oficial-pdf.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Plano de desenvolvimento institucional 2020 - 2024**. IFPB: Reitoria, João Pessoa, 2021. Disponível em: [https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi\\_ifpb20202024.pdf](https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb20202024.pdf) Acesso em: 23 dez. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Portaria nº 1516**, de 1 de outubro de 2020. Regulamenta e estabelece as atribuições dos Núcleos de Acompanhamento Psicossocial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. 2020. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/joaopessoa/assuntos/nucleo-de-acompanhamento-psicossocial/documentos/regulamento-naps.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Resolução nº 12**, de 25 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a aprovação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. 2011. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2011/resolucao-no-12> Acesso em: 16 jun. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Resolução nº 16**, de 02 de agosto de 2018. Dispõe sobre a convalidação da Resolução-AR nº 25, de 21/06/2018 que aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. 2018. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/sousa/assistencia-estudantil/documentos/resolucao-no-16-2018.pdf>. Acesso em: 27 out. 2021.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Transcender é humanizar**: IFPB / 2014-2022. IFPB: Reitoria, João Pessoa, 2022. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/ifpb/catalog/book/432> Acesso em: 16 jun. 2023.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-o.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Psicologia escolar: pesquisa e intervenção. **Em Aberto**, v. 23, n. 83, p. 17-35, abr. 2010. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/217>. Acesso em: 21 jan. 2022.

MEDEIROS, Cynthia Pereira de. Da competência teórica à implicação subjetiva: uma experiência de formação em Psicologia Escolar/Educacional. In: MARTÍNEZ, Albertina Mitjás (Org.). **Psicologia escolar e compromisso social**: novos discursos, novas práticas (pp.211-221). Campinas: Editora Alínea, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Aparecida Beatriz de. **O psicólogo na assistência estudantil**: interfaces entre Psicologia, saúde e educação. 2016. 296 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <http://www.pgpsi.ip.ufu.br/sites/pgpsi.ip.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Aparecida%20Beatriz%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021.

OLIVEIRA, Raquel Campos Nepomuceno de; CRISÓSTOMO, Vicente Lima; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. Assistência estudantil e Psicologia nos institutos federais. **Revista Labor**, v. 1, n. 21, p. 119-129, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/40944/pdf>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SANTOS, Marismênia Nogueira dos; ARAÚJO, Maria Núbia de; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula; OLIVEIRA, Ciro Mesquita de. Indivíduo e educação na perspectiva da emancipação humana. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-20, set. 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/6296>. Acesso em: 31 maio 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Bárbara Rocha. Políticas Afirmativas nos Institutos Federais: um estudo sobre Teses/Dissertações. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, jan. 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11720>  
Acesso em: 23 abr. 2022.

SILVA, Carlos dos Santos; PANTOJA, Avamar Filgueira. Contribuições da avaliação na identificação de efetividade e da promoção da saúde na escola no município do Rio de Janeiro. **Boletim Técnico do SENAC**, v. 35, n. 2, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/245/241>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. Contribuições da Psicologia à compreensão do desenvolvimento e da aprendizagem. In: SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de; PETRONI, Ana Paula; ANDRADA, Paula Costa de (Org.). **A Psicologia da arte e a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem: intervenções em contextos educativos diversos**. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Obras escogidas**. Tomo III. Madri: Visor/MEC, 1995.

Enviado em: 11-06-2022

Aceito em: 29-09-2022

Publicado em: 26-06-2023